

Recomendação 2/149 (4ª CP)

Sobre a Proposta 162/CM/2017 – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas 2017

Tendo presente o [Parecer](#) da 4ª Comissão Permanente sobre a [Proposta 162/CM/2017](#) – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas 2017, a 4ª Comissão Municipal Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida propõe à Assembleia Municipal de Lisboa recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1) Com a maior celeridade possível incorpore a [EMAAC 2017](#) em:

- a) todos os instrumentos de gestão territorial e dispositivos normativos municipais, para que, por exemplo, se fomente a promoção da eficiência energética dos edifícios, duma forma eficaz, em licenciamento de novas obras;
- b) todos os instrumentos de planeamento em que a Câmara tem uma corresponsabilidade, como o caso, por exemplo, dos Planos Locais de Saúde ou do Plano de Desenvolvimento Social, sugerindo-se para o efeito que se proceda a uma identificação dos mesmos e ao desenvolvimento de um conjunto de ações de divulgação, informação e de criação de condições para a revisão dos mesmos;
- c) garanta, para a sua realização, um Grupo de Trabalho específico de natureza interdepartamental e multidisciplinar.

2) Dê conhecimento à AML:

- a) da colação periódica feita pelos seus serviços dos resultados dos projetos de investigação científica das universidades que se dedicam a estas temáticas, compilando os dados e previsões mais atualizados e cientificamente mais aceites, nomeadamente no que diz respeito a gestão hídrica, drenagem e reutilização, entre outras temáticas que tenham importância nos eixos de atuação preconizados na EMAAC;
- b) dos objetivos e plano de trabalho da estrutura interdepartamental e multidisciplinar que venha a ser criada, bem como dos resultados que se venham a atingir;
- c) dos Planos de Ação definidos para a operacionalização da EMAAC com a identificação clara do sistema monitorização e avaliação e respetiva bateria de indicadores;
- d) sobre as ações que estão a ser pensadas e/ou já implementadas no sentido de aumentar a resiliência no caso do agravamento de risco para atividades comerciais e património classificado, decorrente sobretudo das cheias e da subida do nível médio das águas do mar.



3) Crie um polo de sensibilização na cidade dedicado à paisagem e ecologia, que propomos seja designado por "Centro Municipal para a Paisagem, Ecologia e Resiliência de Lisboa", dando uso a um dos equipamentos existentes e a carecer de reabilitação integrados em espaço verde central na cidade e que contemple:

a) auditório (para ações pontuais como ciclos de cinema, apresentações, conferências, visitas de estudo, etc.);

b) espaço para instalação de startups relacionadas com ambiente, mitigação dos efeitos das alterações climáticas (como medidas inovadoras na área da descarbonização, redução de resíduos, etc.), adaptação e resiliência da cidade às alterações climáticas.

4) No âmbito do Eixo 3 da EMAAC 2017 e no que concerne à sua operacionalização, promova o reforço de competências pessoais e sociais para a participação, corresponsabilização e resiliência. Recomenda-se igualmente que a Câmara Municipal de Lisboa crie as melhores condições para processos amplamente participados pela população em geral e por todas as estruturas da cidade desde a Saúde e Educação até, por exemplo, ao movimento associativo, incluindo as redes interinstitucionais ligadas às áreas do social, da educação e da saúde, entre outras.

Lisboa, 15 de julho de 2017

O Deputado Relator

A Presidente da Comissão

Miguel Santos

Sofia Cordeiro